

Uma das conclusões do estudo defende que os sentimentos de insegurança e os níveis de intolerância ao crime nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto parecem estar muito próximos de um limite. Ora, atendendo às objecções que colocamos, dificilmente se poderá aceitar pacificamente esta conclusão, tanto mais que o autor não explica como vislumbra esse limite e até reconhece, contrariando um pouco a sua análise, que a tendência dos crimes contra o património estagnou, podendo mesmo regredir nos próximos anos.

A outra conclusão polémica reside na afirmação de que os resultados indiciam que a redução da taxa de criminalidade «terá de passar, quase inevitavelmente, por uma intervenção do próprio sistema de justiça criminal, seja ao nível de desenvolvimento de medidas de controlo social mais punitivas, seja ao nível do enquadramento e do controlo de estruturas comunitárias de autoprotecção ou de sistemas privados de segurança» (p. 129). Que o autor defenda a via repressiva e a generalização da função policial às estruturas comunitárias é um direito que lhe assiste e que não se contesta. Mas surpreende verificar que tais medidas são justificadas, como se diz na mesma página, na presunção de que «a elevada incidência de crimes contra bens patrimoniais em regiões suburbanas e urbanas parece estar associada, mais do que ao desemprego ou à pobreza, a um desenvolvimento de expectativas materiais e sociais desajustadas às possibi-

lidades de muitos grupos sociais, que, por sua vez, não tem sido compensado pela manutenção, ou pelo reforço, de eficazes estruturas comunitárias de integração e de controlo social». Pode ser que o autor tenha razão. Até pode ser que um dos principais problemas da sociedade portuguesa resida «mais na ausência de «comunidades urbanas» suficientemente coesas e solidárias e, conseqüentemente, capazes de detectar e de «punir» práticas delinquentes do que propriamente na ausência de oportunidades de acesso a «bens essenciais», como a educação, a formação profissional e o emprego» (p. 129). Mas, convenhamos, a evidência empírica apresentada e as análises realizadas, conforme tivemos ocasião de referir, dificilmente poderão ser chamadas a validar e sustentar conclusões de tão longo alcance e implicações.

PEDRO MOURA FERREIRA

*Michel Wieviorka, Violence en France*, Paris, Seuil, 1999.

Comecemos pelo autor. Este livro de Wieviorka (de facto, resultado do trabalho de uma avantajada equipa de sociólogos do «CADIS» da Escola de Altos Estudos do Boulevard Raspail, de Paris) prolonga estudos anteriores, quer no tocante ao tema da violência, quer na análise feita a determinadas

práticas sociais (o consumo, o espaço público, o racismo), que têm utilizado o caso da sociedade francesa como terreno de observação privilegiado. Com efeito, tirando uma incursão sobre a Rússia pós-comunista e um prolongamento próprio sobre a Polónia — donde é provavelmente originário — na sequência dos inquéritos realizados pela equipa de Touraine nos anos 80 sobre os novos movimentos sociais nos países do Leste europeu, na já longa bibliografia de Michel Wieviorka figuram obras como *Terrorisme à la une* (1987), *Socités et terrorisme* (1988), *L'Es-pace du racisme* (1991), *La France raciste* (1992), *Racisme et modernité* (1993), *La Démocratie à l'épreuve: nationalisme, populisme, ethnicité* (1993), *Racisme et xénophobie en Europe; une comparaison internationale* (1994), *Face au terrorisme* (1995), *Une société fragmentée? Le multiculturalisme en débat* (1996) ou *Le Racisme, une introduction* (1998). Não conhecendo o conteúdo destas obras, parece, no entanto, evidente a continuidade que este novo livro apresenta em relação ao trabalho de pesquisa sociológica, de reflexão e de publicação desenvolvido desde há mais de uma década por este autor.

Uma outra observação preliminar refere-se ao facto de, nesta linha de pesquisa sobre um terreno particular — o da violência —, Wieviorka prosseguir e desenvolver, no essencial, o programa apontado por Alain Touraine desde os anos 70 acerca dos movimentos transformadores, das dinâmicas, das conflitualidades e das

representações típicas das sociedades pós-industriais, bem como, um pouco mais tarde, sobre as novas condições de exercício das funções do Estado e de realização de uma sociedade aberta e democrática (e não apenas de um Estado democrático). No final, voltaremos a esta questão, para averiguar de que modo tal programa de pesquisa é cumprido no estudo presente.

Passemos agora ao livro. O texto é discursivo, por vezes repetitivo, retoma recorrentemente certas referências — como a diferença entre a violência dos anos 60/70 e a dos 80/90, o projecto «igualitário» da República e a vocação social das suas instituições (incluindo a polícia nacional, confrontada com a florescência de polícias municipais e das empresas de segurança privadas), ou as mutações culturais da população francesa (com a incontornável emergência do islamismo no seio da imigração norte-africana e dos seus descendentes) —, mas assenta na apresentação dos resultados de vários inquéritos (qualitativos) sociológicos. Após uma primeira apresentação breve das questões em análise — de base conceptual, com uma contextualização histórica recente e algumas referências teóricas —, o livro desenvolve-se através de uma segunda parte, onde são tratadas duas «instituições republicanas» como quadro específico da ocorrência das «novas violências»: a empresa de transportes públicos de Paris (RATP) e a instituição escolar, e de uma terceira parte, onde se analisam quatro casos particulares de «violên-

cia urbana»: Le Havre (na Normandia), os subúrbios de Lyon, um bairro de Estrasburgo e a cidade-satélite de St. Denis (na periferia parisiense). Numa conclusão final, o autor sintetiza as suas observações anteriores e propõe recomendações endereçadas aos poderes públicos.

Captemos algumas das ideias essenciais: como se esperaria, não só não existe uma aproximação e definição unívoca de violência, mas a violência contemporânea de que trata este livro e que preocupa o autor é a violência social, que, como tal, tem tanto de objectivo e físico, material, como de subjectivo e simbólico. Não desprezando, por isso, as estatísticas da delinquência e da criminalidade e a sua eventual ascensão nas últimas décadas, Wieviorka interessa-se sobretudo pelas representações sociais que esses mesmos factos originam e pelas influências reflexas que elas têm nos comportamentos dos actores. A noção de «insegurança» encontra-se, assim, num ponto de cruzamento de percepções, atitudes e mensagens. Daí que a comunicação social, e em especial os *media* áudio-visuais, seja uma das tais referências recorrentes que os casos analisados evocam e a análise contempla.

Apesar das referências revolucionárias míticas na história do país, a violência política sob a forma de «luta armada» ou de terrorismo não chegou a instalar-se como problema na França pós-68. As tentações violentas dos regionalismos tiveram destinos diferentes: o bretão acabou

por orientar-se para a afirmação cultural e o desenvolvimento económico; o «occitanismo» rejeitou igualmente a violência, mas, do mesmo jeito, desapareceu de cena como sujeito; o corso, prosseguindo a violência armada, desaguou, no dizer do autor, numa «deriva mafiosa». Por seu lado, o esquerdismo, apesar da compreensão manifestada por certos intelectuais e após uma breve aproximação às experiências violentas dos seus congéneres italiano e alemão, encerrou-se como uma derradeira manifestação da ideia de revolução associada ao movimento operário, não corroborando assim as análises daqueles que, como Crouch e Pizzorno (e tantos mais, diremos nós), sustentavam a tese do seu ressurgimento.

Assim, a violência analisada por Wieviorka e a sua equipa é fundamentalmente o conjunto de «novas violências» que incluem, é claro, a criminalidade e a delinquência, mas também a «violência da escola», os *rodeos* (com automóveis roubados e que terminam geralmente pelo seu incêndio), a redescoberta dos «motins urbanos» (com as inevitáveis pilhagens ou destruição de mercadorias), ou ainda as simples depredações que ocorrem no espaço público, os «vandalismos», ou mesmo as condutas de «incivilidade», um grau aquém dos roubos, assaltos e outras violências pessoais. O tipo «motins» presta-se a curiosas reflexões, já que reaparece após mais de um século de ausência, precisamente a época de vigência da sociedade industrial, dos

seus actores e dos seus conflitos típicos, constituindo um desmentido das teses de Hobsbawm sobre as «revoltas primitivas». Os motins ocorridos em França — nomeadamente o de 1990 nos arredores de Lyon — não têm o carácter «étnico» dos ocorridos em Brixton (GB) em 1981 ou em Los Angeles (EUA) em 1992, mesmo se o problema do racismo aparece como pano de fundo. No caso francês, segundo o autor, as revoltas urbanas modernas apresentam, ao lado da sua faceta expressiva dominante, certos traços de instrumentalidade (por alguma selectividade dos meios violentos usados), pelo que podem ser qualificadas de «pré-políticas», na medida em que revelam «uma carência política em matéria de tratamento democrático de necessidades sociais (remetendo para as desigualdades e a exclusão), culturais (na medida em que os actores reivindicam respeito, dignidade ou mesmo reconhecimento) e cívicas (apelo a uma cidadania negada ou sentida como artificial)» (p. 31).

No estudo sobre os transportes públicos parisienses foi analisado o caso das ocorrências violentas verificadas nas linhas de autocarros dos bairros e comunas da periferia e o papel aí desempenhado pelos «agentes de prevenção e mediação social» — os «Grand Frères». Tratou-se de uma experiência concebida e desenvolvida pela empresa desde 1994 para melhorar o «clima relacional» existente entre utentes e entre estes e os funcionários condutores dos autocar-

ros em certas zonas consideradas críticas, proporcionando menos depreciações e maiores sentimentos de segurança. O *stress* profissional dos condutores, as contradições e dificuldades do papel dos «mediadores» — todos eles, deliberadamente, jovens de origem não francesa —, a iniquidade do sistema tarifário em vigor e o estado do relacionamento interétnico na sociedade francesa em situação e período de crise social foram variáveis que puderam ser analisadas e postas em relevo através das técnicas de inquérito sociológico adoptadas.

No caso das escolas (fala-se aqui do ensino primário, do básico e do secundário), o levantamento da situação parece menos claro e interessante. A violência na escola é apresentada como reflexo da violência exterior, em particular no quadro da emergência de uma «cultura juvenil», mas, em parte também, em resposta a formas nela existentes de violência institucional, localizada nos seus mecanismos de classificação e selecção e num sistema de autoridade já ineficaz. Contudo, face aos casos analisados pela metodologia empregue, os incidentes repertoriados parecem ser, apesar de tudo, menores (onde está, por exemplo, o «caso dos véus islâmicos»? ). E, sendo enfatizada a «contingencialidade» derivada da autonomia das escolas (leis de 1982, Savary, 1985 e 1989, Jospin) e dos desempenhos profissionais dos docentes, o autor conclui — tal como para os transportes públicos — que estas instituições onde a «ordem republica-

na» deveria «reinar» são, apesar de tudo, sistemas de acção abertos, capazes de gerar ou reproduzir violências, mas também capazes de agir para produzir segurança e integração social.

A terceira parte do livro é consagrada à apresentação dos resultados de inquéritos sociológicos «territoriais». Aceitando análises de partida como as de Lefèbvre ou Castells sobre a territorialização urbana das relações sociais derivadas do sistema capitalista (exclusão, discriminação, segregação), o autor equaciona o surgimento e o uso da violência ou o próprio sentimento de insegurança e as suas representações, mais ou menos preconceituosas, como decorrências lógicas daquelas variáveis. Assim, ele procura examinar, com detalhe, quatro situações particulares, suficientemente diversas, para que, no quadro de uma sociedade (francesa) em mutação e sentida como em estado em crise, os contextos locais, os actores, os factos, as imagens e as dinâmicas específicas possam emergir com a nitidez suficiente para permitir, no conjunto, uma apreciação lata e matizada da realidade da violência urbana actual.

No caso do Havre, à crise social junta-se um problema de política local, projectado pela imprensa local, que a criação de um corpo de polícia municipal em 1995 terá vindo, sobretudo, pôr em evidência. Na comuna de Vaulx-en-Velin (arredores de Lyon), trata-se de um «caso-vitrina», largamente exposto pelos

*media* nacionais, de episódios de violência urbana, dos *rodeos* aos motins, onde os jovens filhos da emigração magrebina parecem ser os principais actores, mas onde é muito menos visível o esforço de integração cívica das associações islâmicas moderadas. Em Estrasburgo, os fogachos mediáticos dos incêndios de viaturas de 1997 (e já antes) e as elevadas votações obtidas pelo partido Frente Nacional obscurecem porventura a acção persistente de integração de uma equipa municipal (que, ao contrário de outras, dispõe de recursos próprios em quantidade suficiente) e a cooperação estabelecida com animadores culturais e responsáveis religiosos islâmicos locais. E em St. Denis o desafio é o da resposta aos actos de violência e aos sentimentos de insegurança numa municipalidade desde há muito considerada «vermelha» e que tenta integrar, numa perspectiva de aprofundamento da democracia local, as necessidades dos habitantes, com evidentes contradições e resultados incertos.

Nas conclusões destas análises, tanto «institucionais» como «territoriais», o autor salienta o facto de, ao lado dos fenómenos decorrentes de crise de mudança económica, social e «comunicativa», se perfilarem também acções desajustadas, ineficazes e geradoras de violência por parte do sistema político, seja ele local ou nacional. Assim, Wieviorka defende com algum vigor a necessidade de uma modernização das «instituições republicanas», nomeadamente no que

o autor designa por «tratamento político da diferença cultural», face aos processos inevitáveis de segregação social, bem mais convincente — parece-nos — do que o apelo a um novo «entendimento» do lugar da França no mundo, de que o exemplo acabado seria a vitória da equipa nacional no campeonato mundial de futebol de 1998!

Para terminar, três questões podem ser colocadas. Pelo emprego de uma metodologia de investigação deliberadamente qualitativa, que incluiu o recurso à chamada «intervenção sociológica» (por exemplo, no caso dos transportes parisienses), e pelo prosseguimento do uso do conceito de «sujeito» ou «actor social» do modo como é feito, não há dúvida de que este trabalho de Wieviorka se inscreve na perspectiva da «sociologia da acção» teorizada há mais de quarenta anos por Alain Touraine. Fica, contudo, a dúvida sobre se esta perspectiva de análise sociológica, forjada para dar conta da acção dos «movimentos sociais», será a mais adequada para estudar fenómenos onde a individualização e a fragmentação social têm certamente efeitos preponderantes. Finalmente, fica também a reserva acerca da confiança manifestada pelo autor na missão do «Estado republicano», como instituição fundamental de promoção de uma «sociedade democrática». Reserva porque a análise sociológica pode ser aqui insuficiente; a análise histórica, por um lado, e a análise política, por outro, são, em Wieviorka, notoriamente rudimentares (por exem-

plo, a evolução da esquerda face à pressão «securitária» mereceria toda uma outra análise). E reserva também porque do que se trata neste livro é do Estado «francês», sem que esse quadro seja devidamente equacionado. Mas não sejamos excessivamente exigentes: o título do livro é, afinal, *A Violência... em França*.

JOÃO FREIRE

*Peter McDonough, Samuel H. Barnes e António López Pina, The Cultural Dynamics of Democratization in Spain*, Cornell University Press, 1998, 288 páginas.

Este livro oferece-nos uma análise da evolução da cultura política e do desenvolvimento de uma nova legitimidade democrática desde os últimos anos do regime autoritário franquista até ao princípio dos anos 90, detendo-se com minúcia nos factores que explicam o apoio recebido pelo Partido Socialista durante a maior parte dos anos 80 e na análise da participação política em Espanha.

A transição espanhola é considerada positiva e eficaz, e esta obra pretende tornar extensivo à sociedade espanhola o êxito do processo, êxito esse que, de acordo com diferentes estudos (Raul Morodo, 1984; J. M. Maravall, 1986; J. Santamaría, 1981),